
RESENHAS

LAPLANTINE, F. *A descrição etnográfica*. Tradução de João Manuel Ribeiro Coelho e Sergio Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004. 137p.

Em seu mais recente livro, *A Descrição Etnográfica*, lançado em 2004 pela editora Terceira Margem, o antropólogo francês François Laplantine nos apresenta, a partir da reflexão sobre a descrição etnográfica, uma rica compreensão da multiplicidade constitutiva da Antropologia e das especificidades concernentes a sua prática. O autor refaz, para tanto, o trajeto pelo qual a Antropologia se constrói como ciência e também a forma como ela se relaciona com outras atividades humanas não propriamente científicas (como a literatura e as artes pictóricas, por exemplo), mostrando-nos como sua riqueza está, portanto, em situar-se justamente no campo das ciências, não apesar, mas a partir dessa posição particular.

Nascido em Paris em 1943, François Laplantine é doutor em Filosofia e Antropologia e fundador do Departamento de Antropologia na Universidade Lyon 2, onde leciona como professor de Etnologia. É autor de livros e pesquisas relacionados principalmente com a Antropologia da Doença e das Religiões, muitas das quais realizadas na América Latina, sobretudo no Brasil. Muitas de suas obras têm caráter introdutório e didático, como os trabalhos *Aprender Antropologia* (1996), *Aprender Etnopsiquiatria* (1994) e *O que é imaginário* (1996).

UM CERTO OLHAR

Se a metodologia consagrada da etnografia preconiza, como sugere o autor, o deslocamento a uma outra região, a uma outra cultura ou, mínima-

mente, um deslocamento na ‘forma de ver’, não se pode deixar de notar que o olhar é marcado de antemão por uma peculiaridade: vê-se a partir de um determinado ponto que, ao ser mudado, permite uma outra visão. Percebe-se, assim, que o olhar não pode ser completo tampouco imparcial, mesmo que as ditas “ciências pesadas” pretendam para a observação uma neutralidade que ela não pode fornecer, pois lhe é constitutiva exatamente essa parcialidade, ao tomar as coisas a partir de um dado ‘ponto de vista’.

A Antropologia exacerba essa percepção, que outras ciências dissimulam, a de que a posição particular de observação do objeto estudado interferirá no que dele se depreende, porque nela não pode haver pesquisa sem interação, sem contato (não entre humanos e outras espécies, mas entre seres de culturas diferentes). Se para as ciências duras a pesquisa pode se dar sem troca entre pesquisador e objeto, em razão da natureza inumana e muitas vezes inanimada desse último, em Antropologia não se concebe um estudo em que o objeto não seja tão humano quanto o pesquisador, que funciona como catalisador da experiência. Daí sua especificidade, já que é a partir do contato entre esses agentes que se faz ciência antropológica, que poderia ser concebida como ‘ciência do encontro’.

Laplantine nos lembra, porém, que a especificidade dessa forma de fazer ciência não desobriga a Antropologia de transformar o vivido em texto, tanto quanto as demais. A escrita funcionaria como um *memento*, uma recordação do vivido. Ora, o autor propõe que precisamente essa tarefa é constitutiva da etnografia: a elaboração ordenada da experiência vivida e sua transformação num texto escrito. É então que a etnografia se apresenta em sua especificidade, quando, através da descrição etnográfica, não apenas descreve a experiência, mas a constrói, e não se trata apenas de descrever o óbvio, mas de elaborar lingüisticamente o ‘visto’ e o ‘invisível’, mas percebido nesse contato.

É esse pressuposto que Laplantine desenvolve, mostrando como a Antropologia se organiza em contato com outras áreas, mas sem se confundir com elas. Evidencia-se, então, a ligação entre a descrição, forma literária eminentemente calcada na observação, e a etnografia, a “escrita” dos povos, que o autor estabelece com base numa bela reflexão sobre o *olhar*.

Com grande desembaraço, o autor menciona diversos escritores, em particular os expoentes da descrição naturalista que marcou o *fin de siècle*: Émile Zola e, destacadamente, Flaubert. Dissecando como se estrutura um texto descritivo na literatura, em comparação com um texto narrativo, Laplantine chega aos clássicos da etnografia, ressaltando seu objetivo que é revelar o inédito, perceber o que soa como estranho e que aos nativos parece tão natural.

Laplantine evidencia então as similitudes entre a literatura e a etnografia: em ambas há um interesse por questões cotidianas (a que chama de o ‘microscópico’, o ‘infinitamente pequeno’), uma preocupação genuína de assumir uma posição crítica em relação aos preconceitos (lingüísticos e sociais na literatura, etnocêntricos na etnografia), uma postura contrária à de ‘observador onisciente’ (que compreende tudo antecipadamente, e não pela participação), uma valorização da experiência para sedimentar a escrita.

Entretanto, as semelhanças não apagam a especificidade da etnografia: seu texto privilegia e extratextualidade (referindo-se a outra coisa que não ele mesmo), trata de fenômenos sociais, fornece informações cronológicas e de situação espacial precisas, destina-se a dar a conhecer e, para tanto, recorre a outras formas de mídia (fotografia, cartografia, gravações, desenhos, esquemas). Segue ainda uma exigência de totalidade, não para descrever ‘tudo’, mas para estabelecer relações entre as partes e o todo. Em última análise, Laplantine nos faz compreender que existe um ‘objetivo’ que distingue a literatura descritiva da descrição etnográfica: a escrita, nessa última, está vinculada ao ‘estudo de uma cultura’.

De modo a sedimentar a percepção de como a Antropologia surgiu, o autor recapitula, de forma resumida, a trajetória da descrição, começando pelo contato do europeu com os povos ameríndios – num dos primeiros encontros do mundo ocidental com uma alteridade totalmente desconhecida – quando ou se reputava aos nativos qualidades extremas (condizentes menos com a realidade que com os anseios dos europeus, críticos em relação à sua própria sociedade) ou, ao contrário, eram tidos por criaturas bestiais (inferiores ao branco civilizado, tal como animais). Ambas as concepções partem de pressupostos que prescindem de observação: não é preciso estar com os índios para saber como são, o olhar já é viciado por uma escala prévia de valores que, ao colocá-los acima ou abaixo dos colonizadores, já lhes furta a possibilidade de serem vistos em suas particularidades e diferenças.

Apenas no século XVIII, a antropologia começa a se configurar de modo mais nítido, com base na formulação de um conceito de homem que separa sujeito observante e observado, da inauguração de um saber positivo (e não mais apenas reflexivo) e da proposição de um método indutivo para a observação que permite construir empiricamente leis com base nos fatos. A observação passa a ser *observada*.

Entre os séculos XVIII e XIX, sistematiza-se metodologicamente o olhar, apesar da deficiência desse modelo, que ainda carece de lastro teórico. Somente na transição dos séculos XIX e XX, o alemão Franz Boas (1858-1942) e o polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942), conhecidos como

os pais fundadores da etnografia, consolidam a prática num método que privilegia o contato e em que a teoria vem dar suporte para a pesquisa. E, finalmente, Claude Lévi-Straus acrescenta a necessidade do distanciamento como forma de permitir a melhor compreensão de uma sociedade.

OS MODELOS DE DESCRIÇÃO

A qualidade relevante do livro de Laplantine é situar a descrição etnográfica no campo das ciências, demonstrando como surgiu a Antropologia (e de que forma os avanços de áreas próximas propiciaram seu desenvolvimento) e como o curso do pensamento científico é determinante para sua evolução. E é mediante a apresentação dos modelos de descrição etnológica que o autor nos oferece toda essa trajetória, que não é pequena.

Tomamos contato inicialmente com o modelo naturalista em que, como na botânica, a descrição se ancora na imagem, e a ordem descritiva elimina qualquer improvisação, qualquer confusão, ordenando o conhecimento pela nomeação, com a linguagem visando a positividade e a neutralidade.

Há ainda o modelo do romance naturalista, com o escritor como um observador e seu interesse pelo instantâneo, pelo presente diante de seus olhos, aproximando o antropólogo de uma espécie de escritor realista.

Segue-se o modelo pictórico, que serve para Laplantine examinar como, desde os românticos aos impressionistas, o olhar sofreu uma mudança em sua percepção do espaço, em seu interesse pelo panorâmico e em sua sensibilidade para o pequeno: a pintura, como o romance e a etnologia, vai do longínquo ao próximo, do sublime ao cotidiano, do grandioso ao popular. Pintura e etnografia compartilham, portanto, características tais como situar-se o observador fora da “tela”, alterar o olhar a partir de uma alteração de “ângulo” e a importância da observação para a execução do “quadro”.

E o que dizer então da contribuição da fotografia, que Laplantine define como “uma exageração do próprio olhar” (p.80)? Em algumas das passagens mais belas do livro, o autor expõe, com extrema sensibilidade, como o registro fotográfico pode representar um paradigma para a etnografia, ao permitir uma descrição instantânea do real, em toda sua particularidade. Laplantine propõe que a fotografia propicia um recorte no tempo, que nela se mostra congelado, atestando que o presente é uma amostra do passado. Ainda além, a fotografia desvela a importância do ‘olhar’ na constituição dos saberes (muitos pesquisadores de diferentes áreas de estudos se servem de instrumentos ópticos em suas pesquisas), permite perceber que o olhar

não pode ser totalizante, não pode ser absoluto, mas apenas parcelar e, portanto, nunca único. Sua principal contribuição seria a de evitar as armadilhas de uma visão dogmática e monofocalizante.

Laplantine não nos deixa dúvida sobre a impossível neutralidade da descrição: ela sempre se erige a partir de uma dada posição. A composição da experiência de ver e sua transformação em escrita estarão, contudo, enquanto tarefas científicas, sujeitas ao enquadramento em diversos esquemas epistemológicos. O autor nos mostra como o pensamento segue uma linha que une várias formas de compreensão dos fenômenos, partindo do Positivismo e de sua proposição de explicar cientificamente os fatos a partir de uma análise de suas causas e de sua estrutura, passando pela teoria da *Gestalt* e de sua percepção global e súbita da “forma”, em seguida passando pela Fenomenologia e pela posição privilegiada da percepção (a descrição da totalidade sem análises), e pela Hermenêutica e por seu caráter interpretativo. Percebe-se que, por ser confrontada essencialmente à questão da diferença, a Antropologia não pode deixar de oscilar entre posições ora universalizantes, ora particularizantes. E, também, ao ser tributária de diferentes modos de se compor epistemologicamente uma manifestação em um texto escrito, não deixará nunca de expressar essas pluralidades, essas ‘diferentes leituras da diferença’, a que Laplantine chama de ‘poligrafia’ da etnografia.

Ao retomar a importância da descrição, que o autor afirma não poder ser ‘pura’ ou neutra, percebe-se que é a etnografia, com sua multiplicidade de pontos de vista e modos de compreensão, que vem a fundar a Antropologia, e não o contrário. É precisamente esse conflito entre ver (registrar os fatos) e descrever (dar a forma e, portanto, transformar o visível) que constitui a etnografia, fazendo com que a legitimidade do saber antropológico surja da experiência de ver, de testemunhar, pois não se concebe uma separação ente enunciação e interpretação, a neutralidade tão almejada pelas ciências “puras”.

Se, como postula Laplantine, a descrição (etnografia) nunca é puramente descritiva e a explicação (antropologia) nunca explica tudo, resta a via da narração, em que o sujeito que observa também participa da composição do que é visto, e *graphé* e *ethnos* se solidarizam numa escrita e cultura juntas. Diferentes maneiras de ver e sentir, e modos diferentes de dizer e escrever o vivido, eis a consubstanciação da essência da antropologia: as diferenças.

É lamentável que um livro que, com rara habilidade, traduz a trajetória da construção de um saber e sua inserção nas atividades humanas (da arte à filosofia) tenha recebido um tratamento tão descuidado de revisão

ortográfica e tradução, com erros gráficos grosseiros e expressões frasais pouco usuais em português. Felizmente o talento do autor e a satisfação de ler um livro de sua lavra compensam esses pequenos dissabores.

Humberto Barbosa de Freitas
Médico Psiquiatra graduado e especializado pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Psicanalista formado pela Sociedade Brasileira de Psicoterapia, Dinâmica de Grupo e Psicodrama.

Sheila Maria Doula
Doutora em Antropologia Social. Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (MG).